



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **CONSTRUÇÃO DE BRINQUEDO PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE**

<b>ÓRGÃO REQUISITANTE: SEDURBI</b>
<b>SETOR RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: SPP/SOPUB</b>
<b>DATA: DEZEMBRO/2025</b>



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar para solução visando atender necessidade de Construção de Brinquedo Praça no município de Santa Luzia do Itanhhy/SE.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

A construção de uma praça de brinquedos lúdicos para crianças com idades entre 2 e 12 anos, promove o desenvolvimento integral na primeira infância e fortalece os vínculos familiares e comunitários, oferecendo um ambiente seguro, educativo e acessível, em conformidade com as normas de segurança para espaços públicos e brinquedos infantis.

Atualmente o local de implantação encontra-se sem atrativos recreativos, sendo apenas um terreno, sem infraestrutura existente, e com pavimentação que não demonstra segurança para utilização dos moradores próximo ao local.

No aspecto de infraestrutura demonstrados a seguir apresenta-se:

- Da energia elétrica: Será necessária a instalação de pontos de energia para iluminação da praça e para possíveis atividades especiais.
- De água e saneamento: O local está coberto pela rede de abastecimento de água e drenagem urbana. Não será necessário construir novas instalações.
- De segurança: A praça na área dos brinquedos será cercada em altura adequada para evitar que as crianças saiam do espaço e garantir a proteção contra acessos não autorizados. Também será instalada uma iluminação pública com foco na segurança

Diante do exposto, construção do brinquedo praça beneficiará a continuidade brincadeiras, cultural, esportiva, turística e ampliando e garantindo qualidade do lazer da comunidade local.



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

**2. – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023**

A contratação está prevista no Plano Plurianual para o período de 2024-2027, Lei Estadual nº 9.371/24.

Será publicada Instrução Normativa para dispor a respeito do plano de contratações anual, nos termos do que determina o art. 21 do Decreto Estadual nº 342/2023:

Art. 21. A Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG elaborará, conforme regulamento, o Plano de Contratações Anual do Estado, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**3. – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023**

3.1. Critérios de sustentabilidade: é importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade.

3.2. Padrões mínimos de qualidade: é importante que o serviço prestado, assim como todos os insumos utilizados, atenda aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela SEDURBI, garantindo a segurança e eficiência das atividades desenvolvidas.

3.3. Preço: é importante considerar o preço dos serviços prestados, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível.

3.4. Observância às leis e regulamentações específicas: é fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área, especialmente:



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**

3.4.1. Os serviços objeto deste ETP deverão ser executados por empresas especializadas em serviços técnicos de engenharia civil.

3.4.2. Comprovar estar devidamente inscrita e habilitada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, no estado de sua sede ou seu domicílio para o exercício das atividades.

3.4.3. Comprovar possuir Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão (ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executada obra(s) e/ou serviço(s) com características técnicas, quantidades e prazos compatíveis com o objeto.

3.4.4. Comprovar possuir em seu quadro permanente, ou ter à sua disposição na data da licitação, profissional (ais) de nível superior, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado(s) no CREA ou no Conselho Profissional competente, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART por execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto.

**4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023**

Os serviços e seus respectivos quantitativos foram estimados de acordo com o projeto modelo elaborado e encontram-se na planilha orçamentária anexa, elaborada com base no sistema ORSE/SINAPI, na forma da Lei nº 14.133/21.

**5. – LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023**

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**

Após a verificação do objeto demandando, foi realizado o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- a) O objeto demandado já foi anteriormente contratado pela SEDURBI e possui contratações similares feitas por outros órgãos do Estado e demais entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- b) Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- c) Tendo em vista que o objeto está enquadrado como obra, mostra-se adequada a adoção da modalidade concorrência, na forma da Lei nº 14.133/2021, para contratação de empresa;
- d) Tendo em vista as considerações aqui apontadas, mostra-se mais adequada a adoção do tipo “menor preço” para a seleção do fornecedor;
- e) Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto no DFD, neste ETP e que deverão ser detalhadas no Projeto Básico;
- f) As demais exigências de habilitação deverão ser definidas em Edital.

**6. – ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO** - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023

O valor total para a execução das obras e serviços objeto deste Estudo foi estimado através levantamento de quantitativos, baseados no conjunto dos projetos gerando a planilha ORSE nº 50, preço total R\$ 526.233,06 (quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e três reais e seis centavos)) referente ao mês de Setembro/2025 (ORSE e SINAPI), estimado na forma da Lei nº 14.1333/2021, conforme orçamento detalhado em anexo.

Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram da



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

execução da obra e dos serviços objeto deste Estudo.

**7. - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Contratação de empresa especializada em engenharia, para Construção de Brinquedo Praça no município de Santa Luzia do Itanhhy, no estado de Sergipe.

**8. – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO** – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não haverá parcelamento da contratação por não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021.

Tratando-se de obra, não é possível fazer o parcelamento, haja vista que os serviços a serem executados são interdependentes e o seu fracionamento poderá acarretar em comprometimento da segurança do objeto.

**9. – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto” , o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei no 14.133/2021, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consorcio.



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

**10. – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023**

A construção de praça de brinquedos lúdicos pretende-se promover o lazer saudável, incentivar a convivência social e proporcionar um espaço seguro para as crianças da comunidade. O local atualmente carece de um espaço dedicado à recreação infantil, e a construção da praça irá beneficiar não apenas as crianças, mas também as famílias, gerando um ambiente comunitário de convivência e com maior diversidade de lazer e socialização.

**11. – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 342/2023**

**a) Normas Técnicas**

O projeto será executado em conformidade com as seguintes normas técnicas e regulatórias:

- ABNT NBR 16071: "Brinquedos e Equipamentos de Recreação Infantil - Requisitos de Segurança."
- ABNT NBR 9077: "Saídas de Emergência em Edificações."
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI): A praça será projetada de maneira acessível para pessoas com deficiência, garantindo rampas de acesso e brinquedos inclusivos.

**12. – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023**

Não há necessidade de adoção de contratações correlatas.

**13. – IMPACTOS AMBIENTAIS – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023**

**a) Estudos Ambientais**

- **Vegetação e Árvores:** Durante a construção, será adequado a vegetação existente no local, e novas árvores serão plantadas para garantir a qualidade do ambiente.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**

- **Gestão de Resíduos:** Todos os resíduos gerados durante a obra serão gerenciados e descartados conforme as normas ambientais. O projeto inclui a instalação de lixeiras adequadas para o descarte correto de resíduos.

**b) Sustentabilidade**

- O projeto prioriza o uso de materiais recicláveis e sustentáveis, como o mobiliário urbano feito de materiais de baixo impacto ambiental. A iluminação LED contribuirá para a economia de energia.

**14. – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023**

Deverá ser providenciada a adoção de medidas cabíveis e necessárias quanto ao correto recolhimento de resíduos da construção civil, assim como garantir que seja dada a destinação ambientalmente adequada.

Os serviços seguirão as determinações constantes no Projeto Básico e/ou especificações técnicas.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

**15. – EQUIPE RESPONSÁVEL**

**AÉCIO FABIANO SANTOS LISBOA**  
ENGENHEIRO CIVIL  
SPP/SOPUB/SEDURBI

**VINICIUS ALMEIDA MELO**  
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E PROJETOS  
SPP/SOPUB/SEDURBI

Aracaju/SE, 01 de Dezembro de 2025